

## Deus está nos detalhes\*

José Almino de Alencar

SE AS COISAS SEGUISSEM O SEU CURSO NORMAL, o que não é o próprio das coisas, não estaria eu aqui, proferindo esta conferência sobre Américo Jacobina Lacombe, e em homenagem ao seu Centenário, na qualidade, que assumo envaidecido e honradamente, de seu sucessor à frente da Fundação Casa de Rui Barbosa. Em primeiro lugar, porque sobre a sua obra – de historiador e de servidor público – outros, alguns deles aqui presentes, seriam bem mais competentes do que sou para formular o merecido juízo. Em segundo lugar, porque me situo em uma geração de cientistas sociais que, quando não ignorava os seus trabalhos e de outros seus contemporâneos – Pedro Calmon, Hélio Viana – a eles votavam uma oposição, que acreditávamos ser metodológica: estranhávamos *aqueles homens que pareciam se interessar pelos fatos históricos sem se interessar pela história*, como vim a ler depois em Arnaldo Momigliano;<sup>1</sup> atitude em parte fruto da nossa própria presunção científica, mas, acredito: reação também ideológica.

Na verdade, separava-nos a política e quando leio no seu depoimento à Isabel Lustosa a afirmativa: *O nosso grupo que era de direita tinha fama de fascista*,<sup>2</sup> referindo-se a sua época de Faculdade de Direito em fins dos anos vinte do século passado e a companheiros como San Thiago Dantas ou Otávio de Faria, vem à memória a imagem de meu pai, um quase contemporâneo seu, sete anos mais moço e ingresso na mesmíssima Faculdade um ano depois da formatura de Lacombe, porém tendo com ele

\* Palestra em homenagem a Américo Jacobina Lacombe no Ciclo “Efemérides 2009” na ABL, no dia 28 de abril de 2009, por ocasião do centenário do seu nascimento.

<sup>1</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 85.

<sup>2</sup> LUSTOSA, Isabel. *Lacombe, narrador*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996, p. 23. (Papéis Avulsos, 24).

em comum os cursos de alguns dos professores: tais como, por exemplo, Leônidas de Resende, professor de Economia Política, considerado de esquerda, a quem ambos, meu pai e Lacombe se referiam com igual admiração à inteligência e à erudição.

Meu pai, ao falar dessa parte de sua vida, certamente diria: *O nosso grupo que era de esquerda tinha fama de comunista*. E, no confronto dessas duas assertivas, desenha-se o perfil de uma geração, esta comunidade feita de percepções, de subjetividade ativa e de sentimentos, composta por homens que compartilham, de maneira distinta e conflituosa, dos dilemas e das alternativas políticas, ideológicas e filosóficas no horizonte de uma mesma contemporaneidade. Neste caso: o Brasil daquelas décadas entre as duas grandes guerras.

Com o risco natural da simplificação e de repisar fatos conhecidos, diríamos que essa geração viveu desde a década de 1920, a percepção de um sistema republicano em crise, depois de o país ter conhecido sucessivamente uma experiência autoritária com Floriano Peixoto e o grande acordo oligárquico da “política dos governadores”, construído a partir de Campos Sales. Por um momento, antes da Primeira Guerra Mundial, as discussões políticas se ocupavam, sobretudo, do novo regime e haviam sido o apanágio principalmente dos nostálgicos do Segundo Reinado – como Joaquim Nabuco, Eduardo Prado e mesmo Oliveira Lima entre outros – com o seu parlamentarismo, seu poder moderador e a imagem de um monarca indulgente.

Em contraste, os anos 20 e 30 são marcados por novos e amplos conflitos na *intelligentsia* brasileira, reflexo de um debate mais generalizado, global, envolvendo sistemas de valores diversos, grandes projetos de mudanças sociais e de construção de novos tipos de sociedades: embates entre liberalismo, comunismo, nazismo e fascismo, levando, por exemplo à criação do Partido Comunista, da Ação Integralista, mas também a iniciativas ideológicas e políticas no interior da própria Igreja Católica partindo de individualidades no clero e de grupamentos intelectuais e que visavam a uma

renovação espiritual da Igreja e a uma participação mais ativa na vida social e política do país<sup>3</sup>.

Por essa época, o processo de diferenciação da economia brasileira, que tomara impulso a partir do final do século XIX e princípio do século passado – evidenciado na expansão da lavoura cafeeira, no desenvolvimento industrial, ainda que incipiente, no aceleração do processo de urbanização e na emergência de um mercado interno –, ia dando origem a uma estrutura social mais complexa e diferenciada. O crescimento das camadas médias urbanas, a constituição do proletariado que ia de par com o incremento da imigração européia, a emergência de uma burguesia industrial traziam novos atores que passavam a exigir uma participação mais ampla e efetiva no cenário público brasileiro.

É um período de mobilização política e social, sobretudo, nos grandes centros urbanos que se deixa ver tanto nas greves de um movimento operário ainda em seus primórdios, quanto nas agitações nos quartéis, onde a camada jovem da oficialidade manifestava uma oposição crescente às elites civis que se revezavam no poder central e nos estados. O processo político era perturbado por uma sucessão de movimentos militares que embora incipientes provocavam uma reação repressiva por parte do governo e levaram, por exemplo, frequentes períodos de estado de sítio, sobretudo na segunda metade da década de 1920.

Como assinala Francisco Iglesias,<sup>4</sup> esses grupos descontentes ignoravam ou excluía a Igreja de seus programas e de suas soluções; de resto, ela havia sido relativamente

<sup>3</sup> A caracterização das teses desenvolvidas dentro da Igreja Católica e que deram origem ao Centro D. Vital segue de muito perto o que se encontra sobre o mesmo assunto em: SALEM, Tânia. "Do Centro D. Vital à Universidade Católica". Publicado em: Simon Schwartzman, organizador, *Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, pp.97-134.

<sup>4</sup> IGLÉSIAS, Francisco. "Estudo sobre o pensamento de Jackson de Figueiredo". *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva . 1971, p. 132 (Coleção Debates).

alijada do processo político por uma República que se definia como laica, conduzida por líderes que provinham de círculos positivistas, evolucionistas ou, pelo menos, indiferentes ao catolicismo. Nesse contexto, avulta a célebre pastoral de D. Sebastião Leme de 1916, ao assumir a diocese de Olinda e que vai servir de catalisador ou de inspiração a uma “rapaziada” (para usar um termo caro a Mário de Andrade que frequentemente assim designava os seus companheiros de geração) ávida de conhecimento e de ação. Um seu pressuposto básico é o que identifica o Brasil como um país essencialmente católico. No entanto, embora constituindo a quase totalidade da Nação, os católicos se comportariam como um grupo amorfo e inoperante. Nas palavras de D. Leme:

Chegamos ao absurdo máximo de formarmos uma força nacional, mas uma força que não atua, que não influi, uma força inerte [...] que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governo, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios práticos do catolicismo? E finalmente: Para o espírito pensador, a crise no Brasil não é uma crise política, cuja solução depende de formas de Governo. É uma crise moral, resultante da profunda decadência religiosa, desde o Antigo Regime, das classes dirigentes da Nação, e que só pode ser resolvida por uma reação católica<sup>5</sup>.

Nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro, D. Leme para cá se transfere em 1921, quando encontra Jackson de Figueiredo, que se converte no seu principal colaborador na cruzada para a *reconquista da inteligência brasileira*, parte da elite mais sensível e exposta ao embate espiritual, ao debate de idéias. *Foi a partir do encontro dessas duas personalidades, a “reação católica” irrompe na cena nacional*<sup>6</sup>.

Em 1922, portanto no mesmo ano da Semana de Arte Moderna é fundado o Centro D. Vital, dirigido por Jackson de Figueiredo. Foi ele, como é por demais conhecido, o responsável pela reunião, em torno de si, de um núcleo de intelectuais solidários com

<sup>5</sup> Apud. SALEM, Tânia. Op. cit, p.128.

<sup>6</sup> Idem, p. 103.

suas idéias e posições – como Hamilton Nogueira, Alceu Amoroso Lima, padre Leonel Franca, dentre outros –, que continua seu trabalho mesmo depois de sua morte em 1928, aos 37 anos.

Esses católicos procuravam, principalmente, intervir no ambiente intelectual do país, promovendo uma renovação espiritual, oposta, por exemplo, ao cientificismo e racionalismo, na suas formas degeneradas de agnosticismo e ceticismo prevalentes nas gerações passadas e que tanto haviam marcado a história brasileira recente. Para eles, tornava-se também necessário combater o "catolicismo de sentimento", rotineiro, tendente ao supersticioso e fundamentar a fé religiosa em um conhecimento mais aprofundado dos ensinamentos cristãos. Mas, sobretudo, havia que se combater no imediato o desenvolvimento de um materialismo que reeditava pretensões a uma ciência da sociedade, que se revelava, entretanto, uma escatologia da história anunciadora de uma revolução social redentora.

À ordem harmônica de um mundo socialista futuro a ser atingindo através da revolução, como propunham os seus novos adversários, cabia aos católicos fazerem prevalecer uma ordem fincada nos valores morais cristãos e cimentada na fé. Tratava-se, de certa maneira, de recompor o que havia sido vislumbrado na Idade Média: uma humanidade permeada pela ideia de Deus e pelo o sentimento da fé e integrada pela autoridade de uma igreja mãe, universal. Esse ideal vinha sendo destruído pelo desenvolvimento do mundo moderno que favorecera a dúvida e a razão, estimulara o individualismo e a laicização da sociedade e do Estado, fatores que eram tomados como explicativos para muitas das crises contemporâneas<sup>7</sup>.

A reação católica que desponta no Brasil nesse período segue de perto o pensamento conservador antirrevolucionário europeu que ganha impulso no século XIX, sobretudo desde a restauração monárquica francesa subsequente a queda de Napoleão e estará em consonância com os movimentos políticos mais à direita nas primeiras décadas do

<sup>7</sup> Idem, p.105.

século XX, como a *Action Française*. Ao sustentar que a consolidação da nacionalidade dependia de um substrato moral comum entre os indivíduos e ao identificar a nacionalidade brasileira com os valores católicos, o grupo advoga a disseminação da doutrina cristã, sem o que seria impossível restabelecer a unidade e a ordem no país. *É com essa matriz de pensamento e com esse projeto de "salvação nacional" que Jackson de Figueiredo cria, em 1921, no Centro D. Vital, a revista A Ordem, que se converte no mais importante instrumento de difusão do ideário católico*<sup>8</sup>.

Obviamente, falo aqui do limiar do Centro D. Vital, e de maneira até certo ponto esquemática, mas não a tal ponto que obscureça o universo ideológico que se oferecia ao jovem Lacombe quando ele iniciava a sua vida intelectual adulta, entra no Centro D. Vital e faz assim a sua escolha pela reafirmação da fé católica e pela Ordem, assim: com O maiúsculo. Escolhas que assumiram outros e matizados aspectos no curso do tempo, mas que certamente continuaram marcando a sua vida e a sua obra.

Américo Lourenço Jacobina Lacombe nasceu no dia 7 de julho de 1909, filho de Domingos Lourenço Lacombe e Isabel Jacobina Lacombe. Nasceu e criou-se no Rio de Janeiro, onde viveu praticamente toda a sua vida. Fez os primeiros estudos no Curso Jacobina, da sua família, orientado pela mãe, professora. Em 1927, inicia o bacharelado na Faculdade de Direito, e aí, em convívio com a sua geração, dará os primeiros passos intelectuais e políticos. Católico convicto e praticante, ingressa em 1929 na Ação Universitária Católica e logo começa a frequentar o Centro D. Vital, onde teve oportunidade de se aproximar de Jackson de Figueiredo e do padre Leonel Franca<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Idem, p.105.

<sup>9</sup> Sobre os fatos e datas da biografia de Américo Jacobina Lacombe, consultamos: SENNA, Homero. "Vida e obra de Américo Jacobina Lacombe". Em *Américo Jacobina Lacombe*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996 (Papéis Avulsos, 28); SENNA, Homero. Nota biográfica de Américo Jacobina Lacombe. Em JACOBINA LACOMBE, Américo. *Afonso Pena e sua época*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1986, p. XX; "Américo Jacobina Lacombe. Cronologia da vida e da obra". Compilada por Rejane M.M. de Almeida Magalhães. Em: LUSTOSA, Isabel. *Lacombe, narrador*, op. cit. p. 57-68.

Já no primeiro ano havia participado da criação do Centro Acadêmico Jurídico Universitário – o CAJU, depois, Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos que era chefiado por Vicente Chermont de Miranda e de cuja revista, ele, Lacombe, foi o principal redator, ao lado de San Tiago Dantas, Otávio de Faria e Hélio Viana. Forma-se em 1931, tendo convivido durante os anos acadêmicos com um grupo de jovens – muitos entre eles, seus correligionários – que depois se projetaria nas mais diversas atividades da vida nacional. Além dos já citados: Antônio Gallotti, Elmano Cruz, Aroldo Azevedo, Almir de Andrade, Antônio Balbino, Gilson Amado, Thiers Martins Moreira, Plínio Doyle e, *mais moço que todos, Vinícius de Moraes*<sup>10</sup>.

Sobre esse período, em depoimento a Isabel Lustosa, Lacombe descreve em pinceladas rápidas e bem humoradas – tudo ainda era muito pueril – as relações estudantis e o ambiente político no Centro Acadêmico e na Faculdade:

Nós tínhamos fama de fascistas. Havia também o grupo comunista que era muito sério e do qual fazia parte o Letelba Rodrigues de Brito, um dos maiores comunistas da turma, e o Chico Mangabeira, antigo católico piedoso que tinha se transformado em comunista [...] Algumas vezes a coisa chegava às vias de fato. O Letelba teve uma briga firme com o Chermont. Se estapearam. O Castro Rebelo, que era de esquerda, implicava muito comigo. Ele desconfiava de mim e me chamava de fascista [...] Ele foi paraninfo e eu me recusei a ser paraninfo por ele. Doze alunos da minha turma formaram na secretaria, para não ter Castro Rebelo como paraninfo. O Castro ficou com uma raiva danada. E, na nossa missa, quem falou foi o padre Leonel Franca, que era o maior padre da época, um grande orador.<sup>11</sup>

Conseguido o seu grau de bacharel, Américo Jacobina Lacombe não exerce em momento algum a profissão de advogado e inicia, logo em seguida, o doutorado na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, concluído em 1933. No próprio ano de formatura é nomeado secretário do Conselho Nacional de Educação, cargo em que

<sup>10</sup> SENNA, Homero. *Vida e obra de Américo Jacobina Lacombe*. Op. cit., p. 6.

<sup>11</sup> LUSTOSA, Isabel. *Lacombe, narrador*. Op. cit., p. 25.

permaneceu até 1939. Antes, em 1932, com um grupo de colegas da Faculdade inscreve-se na Ação Integralista Brasileira, mas logo deixa o movimento. Durante todo o curso de Direito, ensina História da Civilização e História do Brasil no Colégio Jacobina, disciplina que lecionará também no Colégio São Bento, entre 1936 e 1939. Em 1935, casa com Gina Masset com quem terá cinco filhos: Américo Lourenço, Francisco José, Luís Antônio, Mercedes e Eduardo.

Em 1939 foi nomeado diretor da Casa de Rui Barbosa, por ser ele já naquela época um cultor e estudioso da obra e da vida de Rui, sobre o qual já havia publicado em 1934, uma coletânea de cartas a familiares *Mocidade e exílio*, com uma introdução, anotações e comentários que podem ser considerados até hoje primorosos.

Américo Jacobina Lacombe era carioca, filho de pai e mãe cariocas, gente há muito implantada na cidade do Rio de Janeiro, na Corte, e que tivera sempre posições e ocupações tipicamente urbanas (um seu bisavô, francês, chegou ao Brasil em 1818 nas vésperas do retorno de D. João VI, foi *maître de ballet*; um outro foi magistrado ilustre). Gente cujas relações de parentesco e de amizades formavam redes que compreendiam zonas de poder ou influência, sem que houvesse necessariamente exageros de fortuna. Ao descrever suas origens de família, Homero Senna assinala:

[...] não devemos esquecer-nos de que a genealogia do conceituado historiador [Lacombe] entronca em vultos dos mais ilustres do nosso passado. De fato, seu bisavô – o Conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira foi Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, tendo deixado, aliás, valioso livro de reminiscências – *Memórias de um magistrado do Império*, publicado na coleção Brasileira, com notas do bisneto. Seu avô – Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, primo e grande amigo de Rui Barbosa, era doutor em Ciências Físicas e Matemáticas pela Universidade de Coimbra e bacharel em Filosofia pela Sorbonne, tendo sido discípulo, em Portugal, de Gonçalves Dias. Seu pai – Domingos Lourenço Lacombe, que fez estudos de humanidades no Liceu Condorcet, de Paris (onde



teve como colega ninguém menos que Henri Bergson), voltando ao Brasil casou-se com Isabel Jacobina, fundadora do tradicional Colégio Jacobina, do Rio de Janeiro.<sup>12</sup>

Descendia, portanto, de uma elite letrada e mesmo culta, ciosa das origens e da própria posição social que havia acumulado guardados e referências familiares: cartas, objetos, álbuns, documentos, fotografias. Desde cedo, o historiador convive com essa herança, encanta-se com ela, valoriza-a, conserva-a, e, mais tarde – já na direção da Casa Rui – dá-lhe formato e organização institucional. Assim formou, no dizer de Arno Wehling, o *gosto quase estético, e hoje quase esquecido, de “papier passer” – do peneiramento de informações que tanto podiam constituir a matéria-prima para uma análise histórica, como um substrato anedótico para o “mot d’esprit”*.<sup>13</sup>

Na verdade, pode-se imaginar que ao mesmo tempo em que um tal material possui força evocativa considerável e provoca uma atração tão genuinamente humana pelo prazer dúbio do voyeurismo, pela *petite histoire, pelo diz-que-diz-que*, ele também pode vir a servir a nos revelar *o avesso dos personagens que estudamos, suas obras e seus feitos*,<sup>14</sup> conhecimento que se faz necessário quando o historiador se esforça para recompor a integridade de uma época, de um episódio. No prefácio de *Mocidade e exílio*, ao justificar a publicação da correspondência de Rui Barbosa com familiares, Lacombe dá ênfase a este argumento:

Nossa literatura não é rica no gênero epistolar. São raras entre nós as obras nos moldes das *Memoirs e as Life and Letters*, tão pesadas quanto úteis, dos homens públicos ingleses. Dir-se-ia termos horror a guardar papéis velhos. São raros os vultos que deixaram um arquivo apreciável [...] de tal sorte uma publicação nesse gênero, a não ser de vulto muito alto, está destinada certamente a não ter bom êxito de livraria, salvo se

<sup>12</sup> SENNA, Homero. “Prefácio”. Em LACOMBE, Américo Jacobina. *Relíquias da nossa história*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 9.

<sup>13</sup> WEHLING, Arno. “Américo Jacobina Lacombe e a tradição hermenêutica”. *Revista Brasileira* IX(36):35, julho-agosto-setembro 2003.

<sup>14</sup> NOGUEIRA GALVÃO, Walnice. *Desconversa*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, p. 157.

contiver outro interesse além da simples documentação. No caso de Rui Barbosa, essa publicação tem importância primacial. Sem conhecer-lhe o pensamento íntimo e a sensibilidade não se poderá compreender exatamente sua atuação e encontrar a unidade subjetiva da sua obra...<sup>15</sup>

No seu trabalho de historiador, Américo Jacobina Lacombe se pretendia minucioso, levando em conta os meandros das vidas pessoais, das motivações dos atores e sujeitos, das redes de contatos estabelecidas dentro e através das gerações, das ligações familistas tão importantes na nossa história, até os tempos recentes. Como nos indica uma vez mais Arno Wehling citando a *Introdução ao estudo da História do Brasil*,<sup>16</sup> para ele à *genealogia [por exemplo,] caberia um importante papel na história social, não mais para satisfazer a “prosápia antiga”, mas para interpretar os movimentos da sociedade e “o modo de vida de uma classe”, particularmente no Brasil, onde era decisivo o peso das relações de parentesco.*<sup>17</sup>

Nesta direção, destaco um dos seus últimos trabalhos, publicado postumamente e nem sempre lembrado: *O mordomo do imperador*.<sup>18</sup> Trata-se de um estudo biográfico sobre o Conselheiro (e, como o título indica, mordomo imperial) Paulo Barbosa da Silva, cujos papéis e documentos chegaram até ele como um legado de seu avô, Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, grande amigo do casal Paulo Barbosa.<sup>19</sup> Nesse livro, Lacombe

<sup>15</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. “Prefácio”. BARBOSA, Rui. *Mocidade e exílio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. p. 7.

<sup>16</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional-Edusp, 1973 (Brasiliana, 349), p. 96-97.

<sup>17</sup> WEHLING, Arno. “O pensamento histórico de Américo Jacobina Lacombe”. Em *Américo Jacobina Lacombe*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996, p. 14. (Papéis Avulsos, 28).

<sup>18</sup> JACOBINA LACOMBE, Américo. *O mordomo do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1994.

<sup>19</sup> Aliás, Lacombe nos revela que já Antônio Jacobina tivera a intenção frustrada de escrever uma biografia de seu maior amigo e protetor (Ibidem, p. 1).

reconstrói a história de vida de um homem cuja importância histórica tem sido totalmente ignorada pelas gerações que o sucederam, apesar do papel relativamente destacado que teve em certos episódios expressivos no seu tempo, como por exemplo nas negociações que levaram ao casamento de D. Pedro I ou como o seu envolvimento na política conturbada do período regencial.

Diferentemente de Lacombe, o que me seduz em Paulo Barbosa – e aí vai certo viés sociológico – é menos a sua eventual proeminência e mais a mediania do personagem, os aspectos mais típicos de sua carreira política e profissional que poderiam nos fornecer indicações sobre a trajetória de vida dos homens pertencentes às camadas mais elevadas da sociedade brasileira: suas redes sociais de suporte, as regras de mobilidade social e de acesso ao poder que os orientavam, suas ambições, suas estratégias de carreira. Acredito não ser abusivo aproximar este livro de um outro estudo biográfico – *Um funcionário da monarquia. Ensaio sobre o segundo escalão*<sup>20</sup> – de Antonio Candido.

É certo que havia entre o mordomo e o barnabé em questão uma distância de vinte anos de idade<sup>21</sup> e uma diferença de origem considerável: ambos vinham de cidades do interior próximas à Corte, mas, Antônio Nicolau Tolentino, o funcionário de Candido, era filho de modestos lavradores (porém tipicamente apadrinhado por uma tia), enquanto o mordomo de Lacombe tinha um pai coronel de milícias que morreu em 1817 deixando-lhe de herança um cabedal expressivo para a região mineira da Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará.

<sup>20</sup> CANDIDO, Antonio. *Um funcionário da monarquia. Ensaio sobre o segundo escalão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2002. No que diz respeito ao livro de Antonio Candido, José Murilo de Carvalho já havia assinalado em uma resenha na *Folha de S. Paulo* (13/04/2002): *Sem pretensão acadêmica, mas dotado de acuidade analítica e fina intuição, o livro contribui para o entendimento do século 19, sobretudo no que se refere a dois pontos: os caminhos da mobilidade social na sociedade imperial e o lugar do mérito em um mundo dominado pelo patronato e o empenho.*

<sup>21</sup> Paulo Barbosa da Silva nasceu no dia 25 de janeiro de 1790 e Antônio Nicolau Tolentino no dia 10 de setembro de 1810.

Contudo, os dois atingiram exatamente os mesmos cumes sociais, chegaram a lugares assemelhados: além de mordomo imperial, Paulo Barbosa também exerceu funções diplomáticas e por duas vezes ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados como representante de Minas Gerais. Antônio Nicolau teve importantes cargos na administração do Império – foi presidente do conselho fiscal do Banco do Brasil, por exemplo –, exerceu funções no exterior – em 1852, vai servir em Montevideú, nomeado comissário imperial na Junta de Crédito Público destinada a amortizar a dívida de República Oriental do Uruguai com o Brasil – e foi presidente de província no Rio de Janeiro. Caberia talvez ainda acrescentar que os dois jaziam quase anonimamente em sossego, quando foram resgatados pelo interesse de olhares igualmente cultos e competentes de familiares.

Ambos, Tolentino e Barbosa, quando se lançam no mundo da Corte e procuram progredir, avançar, são submetidos aos mesmos condicionantes, às mesmas limitações: uma estrutura ocupacional e de prestígio social que tinham o formato de uma pirâmide de base larguíssima, com posições superiores extremamente escassas e praticamente monopolizadas e onde vigorava um sistema de distribuição de vantagens dentro do qual – nas palavras de Antonio Candido – muita coisa contava: *favores, família, padrinhos e até habilitação*.<sup>22</sup> Cabia, portanto, aos recém-chegados fazer uso em benefício próprio da melhor combinação desses atributos que lhes fosse possível reunir. Em seu livro, Lacombe narra com detalhes todos os meandros da carreira de Paulo Barbosa, suas aproximações e afastamentos da Coroa, sua participação na política da província mineira, seu envolvimento nas disputas entre as *cliques* e grupamentos políticos da época regencial, pondo a nu as relações de amizade, de família e de proximidade ou distância do centro de poder: em última instância o imperador.

Nesse contexto, é interessante notar a importância e a frequência dos pedidos diretos de benesses, privilégios ou o que era percebido como direitos que tomam a forma de solicitações formais, documentadas oficialmente e devidamente encaminhadas às

<sup>22</sup> CANDIDO, Antonio. Op. cit, p. 11.

autoridades superiores. Apresentavam uma combinação curiosa entre uma cultura do favor com um juridicismo burocrático, identificado, como é sabido, por muitos observadores – inclusive pelo próprio Américo Jacobina Lacombe já na introdução ao seu *Mocidade e exílio* – como sendo prevalente na formação social brasileira.

Paulo Barbosa peticiona e peticiona, petições as mais diversas, sobretudo no início de sua carreira: ora ele reivindica vaga de capitão de cavalaria, a qual afirma ter direito, ora solicita a concessão de hábito de uma ordem religiosa, mais adiante requer concessão semelhante para o seu irmão, em remuneração dos serviços dele, Paulo Barbosa. É bem verdade que nem sempre é atendido e tem os seus pedidos denegados por duas vezes, o que provoca em Lacombe comentários bem-humorados sobre a diligência e tenacidade do amigo e protetor de seu avô. Por vezes, o historiador se compraz em descrever as minúcias dessas operações e manobras, sugerindo-nos ser procedente a observação de Ledo Ivo de que Lacombe sucumbia de bom grado à *atração de figuras secundárias do processo político e social. Ele amava espiolhar a vida de certos conselheiros e até de fâmulos do Império, como se estes fossem portadores de um segredo essencial capaz de iluminar a História: a história da vida cotidiana, da vida secreta e escondida da Pátria.*<sup>23</sup>

Américo Jacobina Lacombe foi escritor prolífero cuja obra em grande parte se espraia e pulveriza ao longo de prefácios, anotações e comentários. Historiador de uma erudição excepcional, amava o detalhe, o comentário agudo, mas *pointilleux*: [Tinha] *pendor para a anotação erudita*, escreveu Josué Montello,<sup>24</sup> *o comentário elucidativo, a retificação minuciosa, de que constitui exemplo a coletânea de cartas de Rui, que reuniu no volume Mocidade e exílio [...] Pertencia ele, assim, à linhagem dos grandes escoliastas. Aquele que, anotando os clássicos gregos e latinos, soube fazer do pé da página e do estudo introdutório a sua sala de aula, no mais alto nível da lição universitária.*

<sup>23</sup> IVO, Ledo. “Um velho anjo aposentado”. *Revista Brasileira* IX(36):18-19, julho-agosto-setembro 2003.

<sup>24</sup> Apud: PADILHA, Tarcísio. Américo Jacobina Lacombe: historiador-humanista. *Revista Brasileira* IX(36):24, julho agosto-setembro 2003.

Poderíamos citar pelo menos mais dois exemplos de trabalhos semelhantes e de igual qualidade: As interessantíssimas *Memórias de um magistrado do Império*, reunião de anotações do conselheiro Albino José Barbosa de Oliveira (1809-1889), em forma de cartas dirigidas à mulher e aos filhos. Escritas em 1882, tratam de episódios testemunhados por seus antepassados, que remontam à segunda metade do século XVIII. Assemelham-se à massa de material autobiográfico coletado por Gilberto Freyre (muitas vezes suscitado por ele mesmo) e que constitui uma das bases principais para a elaboração de seu *Ordem e progresso*. Não nos surpreende, portanto, a pronta resposta de Freyre às *Memórias* do Conselheiro Albino, consideradas por ele um trabalho da maior importância para o estudo da família brasileira.

Um outro exemplo seria o volume *Rio Branco e Rui Barbosa*, conjunto de cartas entre os dois homens públicos no período de 1889 a 1908, amplamente glosadas por Lacombe e que constitui objeto de consulta obrigatória para os estudiosos da Primeira República.

Além desses, citemos, entre os mais conhecidos, *À sombra de Rui Barbosa* (1978) – um ensaio biográfico sobre Rui Barbosa, no qual o historiador trata também da sua convivência de intelectual com a obra e a figura de Rui; e alguns outros títulos de âmbito mais geral da historiografia brasileira: *Um passeio pela História do Brasil* (1943), obra depois revista e editada com o título *Resumo da História do Brasil; Introdução ao estudo da História do Brasil* (1974), que é uma edição revista e editada de *Um passeio pela História do Brasil* (1943); *História do Brasil* (1979); *Relíquias da nossa História* (1988) e *Ensaio brasileiro de História* (1980).

Naturalmente, devemos aqui incluir os dois *Roteiros das Obras Completas de Rui Barbosa*, referência obrigatória para os pesquisadores ruianos. E por fim as duas obras de fôlego mais sustentado, exemplos maiores de pesquisa aprofundada e de elaboração competente: o já comentado *O mordomo do Imperador* e o que é por muitos considerado o seu livro mais importante: *Afonso Pena e sua época* (1986). No mais, muita coisa ficou dispersa nas introduções, prefácios, notas, artigos, monografias que

*se contam às dezenas. A grandiosa História do Brasil que estava, completa e irretocável, em seu espírito e em sua memória – é Ledo Ivo que nos fala novamente –, ele preferiu doá-la, ao longo de sua vida, aos seus companheiros e amigos, aos seus discípulos, aos investigadores e pesquisadores que, durante meio século, o procuravam.*

Segundo Homero Senna, no que é seguido praticamente por todos o que conviveram com Américo Jacobina Lacombe, a sua obra de historiador, que podia ter realizado, ficou em parte prejudicada pela sua incessante e obstinada dedicação às suas duas maiores paixões que, na verdade, existiam conjuminadas: a Casa de Rui Barbosa e a obra de seu patrono de quem organizou os papéis, reuniu os dispersos, arquivou e elaborou a estratégia que deu formato às dezenas de tomos – aproximadamente 160 tomos, dos quais 138 já publicados – que compõem o conjunto dos trabalhos de Rui, um processo, aliás, ainda em curso.

Américo Jacobina Lacombe assume a direção da Casa Rui Barbosa, então uma instituição ligada ao Ministério da Educação e da Saúde, em março de 1939 – tinha portanto trinta anos incompletos – indicado pelo ministro Gustavo Capanema e por decreto do presidente Getúlio Vargas. Desde a sua instituição por Washington Luís em 1928 como um museu-biblioteca, a Casa havia conhecido nove dirigentes. Por ordem: Artur Luís Viana, Fernando Nery, Alberto Barcelos, Múcio Vaz, Antônio Joaquim da Costa, Humberto de Campos, Luís Camilo de Oliveira Neto e Cláudio da Silva Brandão, três dos quais interinos. Aqui, eu não resisto a dizer que Lacombe chegou à direção da Casa de Rui Barbosa um pouco à maneira do seu biografado, Paulo Barbosa; ou seja, peticionando. O episódio é contado por ele em seu depoimento a Isabel Lustosa:

Fui falar com o Capanema, que me disse: “– Olha, eu sou político, tenho um compromisso com Juraci de levar o nome do Homero Pires que quer ser diretor da Casa de Rui Barbosa”.

Mas eu não gosto do Homero Pires. Escreva uma carta ao Getúlio, diretamente, dizendo quais são as suas condições, fale do livro que você escreveu, diga que você se candidata a revisar o arquivo, faça uma carta bem feita.”

“Então”, completou o Capanema, “se o Getúlio, na hora em que eu levar o decreto, disser: – Eu tenho aqui uma carta e perguntar: – Você o que é que acha? Eu então direi o que penso a seu respeito”. Quer dizer, foi de uma lealdade absoluta. Eu levei a tal carta ao General Pinto, que era o secretário do Getúlio. O Capanema cumpriu a palavra dada ao Juraci, de levar o nome do Homero Pires ao Getúlio. Durante a reunião, quando o Getúlio perguntou: “– Quem é esse Lacombe?”, ele disse. Depois, ele me contou que o Getúlio ia me nomear. Foi assim que fui nomeado.<sup>25</sup>

Lacombe permaneceu neste cargo até 1993, data de seu falecimento aos oitenta e quatro anos, portanto durante 54 anos, uma marca provavelmente única na história do serviço público brasileiro. Dizer simplesmente que a sua administração foi profícua, inestimável ou qualquer outro adjetivo ainda seria desmerecer ou descaracterizar o seu papel. Imensurável talvez fosse o termo apropriado, porque, de fato, em muitas ocasiões e circunstâncias e, sobretudo, nos primeiros tempos, a Casa de Rui Barbosa foi Américo Jacobina Lacombe.

Essa identificação entre criador e criatura, entre uma organização e um homem, constituiu traço comum em várias instituições brasileiras, e não somente em instituições culturais. Na construção do Estado nacional moderno – digamos assim, desde 1930 –, um Estado que tomava a frente do processo de desenvolvimento socioeconômico, que se expandia na sua função administrativa, não foram raras as figuras desses *entrepreneurs* no aparelho estatal: homens que ampliaram e inovaram o serviço público, trazendo para ele novas funções e novas formas de organização. Nelas, implantaram-se e lhes deram propósito e forças, garantindo-lhes a continuidade de existência, atributo tão importante, embora às vezes subestimado, para o progresso das coisas.

<sup>25</sup> LUSTOSA, Isabel. *Lacombe, narrador*. Op. cit., p. 29.



Alguns se limitaram, muitas vezes por forças das contingências políticas a ter o papel inicial dos criadores, dos inovadores: é o caso de Celso Furtado com a criação da Sudene ou o do menos conhecido, mas não menos importante, Jesus Soares Pereira na elaboração da política nacional de petróleo que deu origem à Petrobras. Alguns mantiveram essa simbiose entre o homem e a instituição por longo tempo: lembro aqui os exemplos de Rodrigo Melo Franco de Andrade no Instituto Nacional do Patrimônio Histórico ou de Gilberto Freyre na Fundação Joaquim Nabuco, sem esquecer as figuras marcantes de alguns reitores fundadores, como Joaquim Amazonas, em Pernambuco, e Edgar Santos, na Bahia. Foi similar o papel de Américo Jacobina Lacombe na Casa de Rui Barbosa: por muito tempo, deu-lhe direção, forma e sustança.

No seu início, a Casa de Rui Barbosa tinha como objetivo precípua a divulgação e o culto da obra e vida de Rui Barbosa; a preservação da antiga residência, dos móveis; a biblioteca e o arquivo do grande brasileiro e publicar-lhe os escritos. No entanto, desde logo, Américo Jacobina Lacombe vai imprimir um sentido mais amplo a essa missão, em si já importante. Em seu papel de orientador e coordenador da publicação das Obras completas de Rui Barbosa, um projeto editorial dos mais ambiciosos, ele vai atrair alguns dos mais brilhantes intelectuais brasileiros para discutir e comentar os seus mais diferentes aspectos, fazendo do conjunto de prefácios e introduções uma quase Brasileira, na qual muitos dos problemas nacionais eram discutidos em diálogo com o pensamento ruiano.

Percorramos a lista dos prefaciadores nas Obras Completas e vamos encontrar, por exemplo: José Maria Belo, que escreve para o tomo sobre a *Campanha presidencial*; Pedro Calmon, que introduz o tomo sobre a *Constituinte de 1891*; Afonso Arinos, que prefacia o tomo sobre a *Intervenção de 1920 na Bahia*. Hermes Lima, escrevendo sobre os artigos do *Diário de Notícias* que compõem o tomo sobre a *Queda do Império*; Lúcia Miguel Pereira, que faz o prefácio das *Cartas à Inglaterra*; Astrogildo Pereira, que prefacia os discursos parlamentares sobre a *Emancipação dos escravos*; Luiz Viana Filho e Antônio Carlos Villaça, que escrevem para dois tomos em que estão reunidos *Trabalhos diversos*; Alberto Venâncio Filho, que prefacia um tomo sobre *Trabalhos*

*jurídicos*; Hélio Viana faz o mesmo sobre um tomo reunindo artigos sobre a *Questão militar*. E ainda encontramos: Prudente de Moraes Neto, Evaristo de Moraes Filho, Oscar Bormann, que escreve um excelente, mas, acredito, pouco conhecido, prefácio ao Relatório sobre o Ministério da Fazenda; Djacir Menezes e outros.

Fiel e empedernido defensor da obra e da biografia de Rui Barbosa, Américo Jacobina Lacombe nunca deixou de reagir ao que identificava como injustiças e mesmo mal-entendidos que por ventura pudessem vir a tarjar a memória ou diminuir os feitos do patrono da instituição que dirigia. Lembro agora, a título de registro, o trabalho coordenado por ele com a colaboração do pesquisador Eduardo Silva no qual reuniram diligentemente um dossiê – publicado em 1988, ano do centenário da Abolição – contendo documentação com o objetivo de esclarecer o famoso caso da suposta queima dos arquivos da escravidão.

A denúncia continha desde o início uma suposição ingênua: a de que haveria algum lugar físico ou institucional que congregasse algo como os arquivos da escravidão, *que de resto*, como escreve Francisco de Assis Barbosa na sua introdução, *nunca existiram*. Além disso, registros em papel, documentação em geral sobre o assunto estão longe de terem desaparecido: eles ainda existem em quantidade razoável – embora muitas vezes sobrevivendo em condições precárias, como muitos de nossos arquivos – e têm sido explorados e analisados, sobretudo desde finais dos anos 70, por uma quantidade cada vez maior e mais qualificada de pesquisadores sobre o período.

No entanto, havia sim um despacho de Rui Barbosa de fins de 1890 – e reiterado por uma medida de seu sucessor no Ministério da Fazenda, Alencar Araripe – determinando a destruição dos documentos *fiscais* relativos à escravidão. O despacho foi redigido em meio a uma campanha pela indenização dos antigos proprietários de escravos dos prejuízos causados pela lei de 13 de maio. Lacombe assim relata o desenrolar do caso:

No mês de novembro [de 1890] dirigiam-se os indenizadores ao governo para obter os favores e garantias imprescindíveis ao funcionamento do banco. Os fundamentos para a indenização não poderiam ser senão os pagamentos dos últimos impostos. O despacho de

Rui Barbosa cortou-lhes, porém, todas as esperanças: “Mais justo seria, e melhor se consultaria o sentimento nacional se se pudesse descobrir o meio de indenizar os ex-escravos não onerando o Tesouro. Indeferido. 11 de novembro de 1890” [...]

A Confederação Abolicionista [...] fez imprimir tal despacho em letras de ouro, numa espécie de diploma, e ofereceu-o solenemente ao ministro, num documento que se encontra exposto na Sala Abolição da Fundação Casa de Rui Barbosa. A ordem de destruição dos documentos fiscais (visto que se restringia ao Ministério da Fazenda) relativos à escravidão dista um mês deste despacho. Tudo nos leva a crer que há uma relação lógica entre uma e outra decisão.<sup>26</sup>

O despacho de Rui teria sido, portanto, gesto de um abolicionista convicto contra uma última investida dos escravocratas.

A longevidade de Américo Jacobina Lacombe à frente da direção da Casa de Rui Barbosa é provavelmente fruto da capacidade de adaptação e de regeneração que ele imprimiu à sua condução administrativa diante das mudanças impostas pela evolução das coisas e do país. Instituição governamental, a Casa de Rui Barbosa nasceu ao apagar das luzes da República Velha, ainda no governo de Washington Luís, viveu a Revolução de 30, alcançou o primeiro governo de Getúlio, o Estado Novo, quando passou a ser dirigida por Lacombe. Com ele, atravessou o período constitucional democrático entre 1946 e 1964, o governo militar, com as suas várias nuances de autoritarismo entre 1964 até a década de oitenta e percorreu parte da nossa redemocratização, agora já razoavelmente longeva.

De simples museu, ela transformou-se progressivamente no que é hoje: uma fundação cultural que congrega iniciativas de reflexão e debate acerca da cultura brasileira através de um importante centro de memória e um centro de pesquisa, cujos trabalhos comandam respeito nas comunidades intelectual e acadêmica. Acumulou e dispersou

<sup>26</sup> LACOMBE, Américo Jacobina. “Pedra de escândalo”. Em LACOMBE, Américo Jacobina, SILVA, Eduardo e BARBOSA, Francisco de Assis. *Rui Barbosa e a queima de arquivos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 37.

virtudes e defeitos, vantagens e desvantagens aportadas pelos homens e pelas instituições que lhes foram contemporâneas em todas essas épocas. Criou uma aura própria, um capital apreciável em meio à crise de credibilidade que atinge o setor público no Brasil. Tudo isso se deve, em muito, à tenacidade do homem a quem homenageamos no dia de hoje, ao empenho de seu trabalho para o Estado e para a sociedade, através de governos e regimes diversos no curso do tempo.

Américo Jacobina Lacombe teve existência longa, rica e criativa: cabe-lhe bem este lugar comum dos necrológios. Historiador eminente, professor durante grande parte da vida, gozou da chance de ter muitas vezes o seu trabalho e os seus méritos reconhecidos aqui e no exterior. Ocupou temporariamente uma miríade de cargos e exerceu funções diversas: ensinou na École des Hautes Études, dirigiu a coleção Brasileira, foi secretário-geral de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, membro honorário de conselhos e bem mais. Provavelmente muito se orgulhava de ser Grande Benemérito e presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, este último cargo em substituição a Pedro Calmon, assim como também, da Academia Portuguesa de História e do Instituto de Coimbra. E muito certamente de ocupar a cadeira número 19 da Academia Brasileira de Letras, para onde foi eleito em 24 de janeiro de 1974.

No entanto, quero crer que se via sempre e preferencialmente como diretor da Casa Rui, instituição que ele viu crescer e fez crescer até o fim dos seus dias, até seu último instante, assim descrito por Homero Senna, seu colega de trabalho:

Na manhã de 7 de abril último (e é interessante notar que, segundo ele próprio, sua vida estava cabalisticamente marcada pelo número sete), foi ele, como de hábito, à Casa de Rui Barbosa. Lá ficou até, mais ou menos, meio-dia, hora em que desceu e ia retornar à sua residência, a pé, como era seu costume, quando se sentiu mal e pediu a um servidor da instituição que lhe arranjasse um táxi. A distância entre a Rua São Clemente e a Dezenove de Fevereiro é pequena. Rapidamente chegou em casa, mas ali o mal se

agravou, e ele logo depois falecia. Recebeu, portanto, de Deus a graça de poder trabalhar e sentir-se útil até o último dia de vida.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> SENNA, Homero. Vida e obra de Américo Jacobina Lacombe. Em *Américo Jacobina Lacombe*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1996, p. 10. (Papéis Avulsos, 28).